



Coletivo Internacional de Apoio a Pesca Artesanal (CIAPA)
Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas, Povos e Comunidades
Tradicionais Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM)
Instituto Linha D'água
Workshop da América Latina e Caribe
AIPAA 2022: Celebrando a Pesca Artesanal Sustentável e Equitativa
2-5 de Novembro de 2022, Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Cananéia-SP Brazil

CARTA DE CANANEIA

Nós, os representantes da pesca artesanal, de 16 países da América Latina e Caribe: Argentina, Bahamas, Belize, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Jamaica, Mexico, Panamá, Peru, Santa Lucia, São Cristóvão e Nevis;

Reunidos em Cananéia-São Paulo, Brasil, na comunidade tradicional caiçara do Itacuruçá Pereirinha, Ilha do Cardoso, de pescadores e pescadoras artesanais, que resistem às políticas conservacionistas e permanecem pescando e realizando turismo de base comunitária;

Reafirmamos nosso papel essencial na produção de alimento saudável e nutritivo ao longo de mares, oceanos, rios e lagos, intrínseco no combate a fome e segurança alimentar, o que se confirmou ao longo da pandemia de Covid-19 quando colocamos pescado fresco na mesa da população;

Assegurando os princípios da cooperação internacional e regional, padrões de direitos humanos, direitos ancestrais, assim como todas as formas de colaboração entre organização de pescadores e pescadoras e instituições de apoio, garantindo o direito e o lugar de fala;

Reconhecemos o conhecimento das comunidades pesqueiras tradicionais e afrodescendentes, de todos os povos indígenas e o respeito à cultura e aos seus modos de vida e suas diferentes realidades;

Reconhecemos a importância das mulheres para o desenvolvimento do setor da pesca artesanal;

Reconhecemos a importância tanto dos governos nacionais, como de estruturas supranacionais como a Organização das Nações Unidas e a Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO);

Preocupados com as perdas de direitos e com os Impactos Socioambientais sobre os territórios e maretórios¹ pesqueiros artesanais decorrentes da globalização, assim como

¹ Maretórios são os lugares dos fluxos das marés, áreas costeiras e marinhas de uso coletivo dos recursos naturais, da soberania alimentar, composta por pessoas que lá vivem tradicionalmente. Tendo por premissa, a produção de bens de consumo, economia sustentável, trabalho digno, zelo pelo patrimônio/sociobiodiversidade, reconhecimento e valorização dos saberes/fazeres, descobertas e relação de afeto com a natureza e a ancestralidade.

de atividades econômicas predatórias, excludentes e poluentes incentivadas pelo recente projeto desenvolvimentista mundial, denominado Economia Azul em nossa região;

Preocupados também com agravamento das mudanças climáticas e com o efeito da ação humana sobre o planeta, como o aumento do nível do mar, a intensificação e maior frequência de eventos extremos (furacões e enchentes), invasão de espécies exóticas como o peixe Leão e pandemias;

Chamamos a atenção de todas as partes interessadas na sustentabilidade da pesca artesanal para os pequenos avanços de implementação até o momento realizados desde a criação das Diretrizes Voluntárias para a Pesca Sustentável em Pequena Escala no Contexto da Segurança Alimentar e da Erradicação da Pobreza (Diretrizes da Pesca Artesanal);

Lembramos que as lições aprendidas com a pandemia que resultaram em uma maior rede de solidariedade entre as comunidades, e os movimentos sociais da pesca artesanal e dos trabalhadores da agricultura familiar, novas estratégias de comercialização, entre outras iniciativas, não devem ser esquecidas;

Após 5 dias de intensos debates, identificamos as seguintes áreas e prioridades de ação em toda a América Latina e Caribe para assegurar a continuidade, o desenvolvimento e bem-estar de nossas famílias, comunidades e modos de vida:

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

É importante que a educação seja prioridade. Incentivar a educação diferenciada e contextualizada que insira o conhecimento tradicional na educação formal, estimulando também a alfabetização de adultos;

Promover projetos educacionais para pescadores e pescadoras embasados em suas necessidades locais;

Fortalecer o protagonismo da juventude visando aumentar a viabilidade futura da pesca artesanal;

Realizar processos de formação e capacitação de comunidades pesqueiras artesanais para melhorar sua compreensão da tecnologia (por exemplo, sistemas de navegação e comunicação baseados em satélite), mídias sociais, gestão de pesca e contabilidade;

Criar e disseminar materiais, campanhas e outros meios de divulgação em pesca artesanal em nível nacional para que as informações cheguem aos pescadores e pescadoras em nossos diferentes países;

Informar a sociedade sobre temas referentes a pesca artesanal através de uso de redes sociais, meios de comunicação e outros;

Atenção aos idiomas locais, traduzir material de comunicação de forma a democratizar a informação;

Estimular a ciência que considere o conhecimento dos pescadores e pescadoras e a direcionar por suas demandas e necessidades;

Documentar a história e o conhecimento da pesca artesanal;

SAÚDE E SEGURANÇA ALIMENTAR

Promover a saúde preventiva, reconhecer a medicina tradicional relevante e promover o peixe e os produtos à base de peixe como alimentos saudáveis;

Desenvolver uma base de dados sobre doenças ocupacionais na pesca artesanal, implementar programas de saúde pública específicos da pesca artesanal, por meio da implementação de centros de saúde de base comunitária;

Adotar políticas de combate à violência, exposição à delinquência, tráfico de drogas e outras pressões que afetem nossas comunidades e pescadores e pescadoras artesanais;

ARTICULAÇÃO

Promover a articulação em diferentes níveis, entre organizações de pescadores e pescadoras, tanto a nível local como regional e internacional, governos, universidades, redes e outros;

Fortalecer a inserção de representações de pescadores e pescadoras da América Latina e Caribe em articulações regionais e globais da Pesca Artesanal.

GESTÃO E RECONHECIMENTO

Reconhecer e respeitar os direitos ancestrais das comunidades tradicionais (ex. LÍNGUA), e reconhecer, regularizar e registrar os territórios de pescadores e pescadoras;

Construir, fortalecer, estruturar e reconhecer bases de dados e informações que possam basear a tomada de decisão e a gestão da atividade pesqueira por comunidades pesqueiras;

Garantir a visibilidade e o reconhecimento dos pescadores e pescadoras artesanais nos diversos países, garantindo o acesso às políticas públicas adequadas;

Empoderar os pescadores e pescadoras para o manejo de recursos;

Definir pesca de pequena e grande escala em nível nacional;

Desenvolver planos de ação nacionais em todos os países da América Latina e do Caribe para implementar as Diretrizes da Pesca Artesanal;

Solicitar uma distribuição mais equitativa do tempo para os pescadores e pescadoras fazerem intervenções sobre os pontos da agenda relacionados com a conservação marinha e a pesca, bem como de outros espaços a ela relacionados, especialmente durante as sessões do Comité das Pescas da FAO (COFI);

Apoiar o fortalecimento de ações e iniciativas dos pescadores e pescadoras como a iniciativa “Um Apelo à Ação”², apresentada na Conferência dos Oceanos em 2022 e desenvolver um processo de incidência nas diversas reuniões mundiais que influenciem nosso modo de vida.

SEGURIDADE SOCIAL

Adotar a seguridade social especial na pesca artesanal, independente da agricultura, incluindo aposentadoria com idade reduzida, e a cobertura de seguros de vida e de saúde para todos os pescadores e trabalhadores da pesca, incluindo as mulheres, ao longo de toda a cadeia produtiva, em regimes tanto públicos como privados.

² <https://www.cffacape.org/ssf-call-to-action>

MEIO AMBIENTE E ÁREAS PROTEGIDAS

Implementar o seguro defeso como uma estratégia de conservação, onde o estado paga por moratórias temporárias de pesca visando proteger espécies durante sua reprodução;

Defender a governança compartilhada e o estabelecimento de áreas marinhas protegidas de uso sustentável como a categoria Reserva Extrativista (RESEX) e os Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) do Brasil, as Áreas Marinhas de Pesca Responsável da Costa Rica e outros exemplos na região de governança compartilhada, co-gestão pesqueira e autonomia dos territórios;

Solicitar aos estados que cumpram as obrigações, baseadas nos direitos humanos, para a implementação de compromissos internacionais adquiridos orientados à conservação marinha: 1) Outras medidas de conservação baseadas em área (OMECs), 2) Áreas Marinhas Ecologicamente e Biologicamente Importantes (EBSAs) e, 3) Coalizão de Alta Ambição para a Natureza e as Pessoas (30x30), exigindo o cumprimento do consentimento livre, prévio e informado da 169 da Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o respeito a todos os direitos soberanos dos pescadores artesanais, povos indígenas e afrodescendentes e comunidades locais que assegurem a sua participação na tomada de decisões sobre os territórios marinhos costeiros.

Valorizar e reconhecer os esforços de conservação marinha realizados pelos povos indígenas ancestrais e tradicionais, afrodescendentes e comunidades locais e organizações pesqueiras, assim como outros modelos de gestão governamental que adotam uma diversidade de Áreas Protegidas como ferramenta de defesa dos territórios/mareatórios e patrimônios comunitários e indígenas, de forma a compor não só a proteção dos recursos sob uma abordagem baseada em direitos humanos;

Garantir a governança compartilhada e a soberania dos territórios pesqueiros e indígenas em áreas protegidas estabelecidas pelos governos, especialmente onde não ocorreu a participação adequada das comunidades, o que resultou na exclusão dos pescadores de seus territórios pesqueiros tradicionais.

Regulamentar e fiscalizar a retirada de sementes de moluscos dos bancos naturais por iniciativas de aquicultura;

CONFLITOS E ATIVIDADES ECONÔMICAS

Estabelecer tribunais populares para tratar de conflitos de natureza coletiva;

Fortalecer as comunidades pesqueiras frente aos processos de licenciamento ambiental, monitorados pelos pescadores e pescadoras, realizando audiências públicas e outros, aplicando o princípio do consentimento livre e informado, em consonância com a Convenção 169 da OIT;

Evitar o deslocamento de pescadores artesanais de suas comunidades por pressões de projetos de desenvolvimento e turismo;

Estabelecer conceitos sobre atividades que dialogam com a pesca artesanal a exemplo da aquicultura familiar e do turismo de base comunitária e fortalecer as práticas agroecológicas;

Políticas públicas como a concessão de águas públicas para aquicultura devem ser revistas em favor dos pescadores e pescadoras artesanais;

Revisar e/ou regulamentar a pesca esportiva que compete com a pesca artesanal em áreas pesqueiras e protegidas, especialmente aquelas sem medidas adequadas de controle de suas capturas e os seus métodos e práticas de pesca destrutivos;

MULHERES

Reconhecimento e divulgação da importância das mulheres na pesca e assegurar que as mulheres tenham liberdade, escuta atenta e igualdade para participar de toda a cadeia produtiva da pesca, desde a captura à organização e direção de instituições;

Reconhecer a importância das mulheres na pesca e garantir que elas tenham liberdade e igualdade para participar de todas as atividades ao longo da cadeia de valor da pesca;

Fortalecer comunicação e parceria das mulheres pescadoras (redes de mulheres, intercâmbios);

Reconhecimento do trabalho das mulheres em instâncias formais como Ministérios do Trabalho e outros e implementação de políticas públicas direcionadas às mulheres;

Tratamento diferenciado para mulheres em projetos produtivos, editais, financiamentos e investimentos bancários;

Reconhecer e respeitar o direito à creche, com as especificidades da pesca como as longas horas de trabalho das mulheres na pesca e o horário diferenciado de trabalho;

Adequação de políticas públicas produtivas e saúde às peculiaridades das mulheres na pesca (ex. Instalações sanitárias adequadas em embarcações);

Realização de campanhas de enfrentamento ao preconceito contra as mulheres pescadoras (ex. unhas feitas e maquiagem);

O pescador e pescadora artesanal não é de pequena escala, porque alimentamos o mundo!